

O intérprete de Língua gestual

Manuel Silva

Susana Silva

Este reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa, levou à necessidade de formar intérpretes de LGP e, conseqüentemente, à criação da profissão de Intérprete, consagrada na Lei n.º 89/99 de 5 de Julho. De acordo com diploma, que define as condições de acesso e exercício da atividade de intérprete de língua gestual, este é considerado/a um/a profissional que interpreta e traduz a informação da língua gestual para a língua oral ou escrita e vice-versa, utilizando as técnicas de tradução, retroversão e interpretação, adequadas para assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. É responsável por garantir a liberdade de expressão, verbalizando vontades, pensamentos, opiniões e críticas de alguém que sozinho não é capaz de o fazer. Compete, ainda, ao intérprete preparar as condições de comunicação, ajustando-as às diferentes situações e/ou contextos. Para Lacerda (2010:32), "...a passagem de uma língua viso-gestual para uma língua auditiva-oral e vice-versa implica estratégias linguísticas próprias..." Neste contexto, entende-se que o/a intérprete não é, apenas, o/a profissional que se limita a traduzir/interpretar como "um language translator" (Souza, 2007, 159-160), tem de perceber se o/a aluno/a efetivamente entendeu o conteúdo da "mensagem".

Neste sentido, mais do que realizar uma interpretação em simultâneo, é necessário conseguir identificar se o/a aluno/a tem dúvidas. O intérprete de Língua Gestual Portuguesa é um profissional que "funciona na escola" como resposta educativa ao aluno surdo. Isto porque, de acordo com Lacerda (2010), como conhece bem os alunos e a surdez, pode colaborar com o professor, sugerindo atividades e trabalhando em parceria, visando uma inclusão mais harmoniosa destes alunos. Segundo Roberts (1992), no processo de interpretação, o profissional precisa de ter um bom conhecimento nas línguas envolvidas na interpretação, capacidade de transmitir a mensagem sem alterar o seu significado, tendo em conta os

diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc.). Ainda de acordo com este autor, o intérprete deverá ter conhecimento das culturas subjacentes das línguas envolvidas e saber utilizar as técnicas de posicionamento apropriadas para interpretar, consoante o contexto. Alguns autores expõem abordagens inovadoras no que diz respeito à forma como a mensagem interpretada é determinada ou, pelo menos em grande parte, influenciada por fatores contextuais. Neste sentido, Davis (2005) refere, através da posição de alguns autores, que para além da língua e cultura, o trabalho dos intérpretes é influenciado pelo meio, pelas relações interpessoais dos indivíduos presentes, bem como, por fatores intrapessoais. Segundo Davis (2005), interpretar é um processo de discurso em que os intérpretes são participantes ativos que precisam de saber e compreender os comportamentos de interação, bem como formas explícitas em que línguas e culturas usam a linguagem e como isso muda a nossa perceção do que os intérpretes fazem. O tradutor e intérprete de língua gestual portuguesa atua em várias áreas, como na saúde, tribunais, na interpretação de programas televisivos e muitos outros, em especial nos de âmbito nacional. Em todas estas situações deve assumir uma postura profissional e respeitar o código de ética e linhas de conduta. Os intérpretes que intervêm no espaço educativo, são denominados intérpretes educacionais. Neste âmbito, assumem um papel distinto do professor, são, sobretudo, mediadores da comunicação entre o(s) aluno(s) surdo(s), professores, pais, funcionários e colegas. Além da escola, intervêm em seminários, reuniões e demais eventos de carácter educativo. De acordo com Lacerda (2010:33), o intérprete educacional deve “...favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo”